



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

## 4

*Discurso na solenidade de divulgação do acordo entre o governo e as centrais sindicais para a aprovação da reforma da previdência*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 18 DE JANEIRO DE 1996

*Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhores Ministros do Trabalho, Paulo Paiva, e da Previdência, Reinhold Stephanes; Senhores Líderes do Governo e Líderes dos Partidos que aqui se encontram; Senhor Relator da Comissão Especial, Deputado Euler Ribeiro; Deputados Federais; Canindé Pegado, Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores; Vicentinho, Vicente Paula da Silva, Presidente da CUT; Presidente da Força Sindical, Luiz Antonio Medeiros; Francisco Urbano, Presidente da Contag; Senhoras e Senhores,*

A palavra do Presidente da República, hoje, só pode ser uma: de congratulações, de agradecimento e de respeito. Respeito, porque decisões desta envergadura são tomadas com coragem pelo Congresso, por aqueles que estão negociando pelo Congresso; pelos representantes das centrais sindicais, à vista da Nação, graças à televisão, ao rádio e à imprensa, mostrando que o Brasil hoje é um país maduro, um país em que não há confusão entre sentar-se à mesa para negociar, estar aqui no Palácio do Planalto e ter independência; em que, pelo contrário, só vale a pena negociar e receber aqui aqueles capazes de expor com franqueza

a sua opinião, da mesma maneira que o Presidente nunca se furtou de dizer ao País o que pensa; e espera receber o mesmo tratamento por parte daqueles que são recebidos e têm recebido esse tratamento.

Isso é sinal de maturidade do Brasil. É sinal de que chegamos a um estágio do nosso desenvolvimento em que questões nacionais são colocadas sem que se confundam com as questões partidárias ou de Governo. São questões nacionais e que devem ser tratadas nesse ângulo.

O que todos desejamos, com relação a essa reforma da Previdência Social, é assegurar direitos permanentes aos trabalhadores. Isso é o que desejamos. O Governo não se moveu para destruir direitos: moveu-se com a preocupação de não poder honrá-los, pela quebra do caixa. É só isso. E aqui repito o que disse o Medeiros, porque eu também não aceito a discriminação e o privilégio. Direito é uma coisa, abuso é outra coisa. Consagrar abusos? Não contem comigo. Direitos, sim. Qual é a definição? Não é minha, é da negociação: o que é direito, o que é abuso e o que, embora seja justo, não dá para atender ainda, mas fica na agenda, para que venha a ser atendido, como foi dito já aqui pelos que me antecederam.

Essa é a nossa atitude. Nisso, cada qual faz o seu papel, com muita responsabilidade. Não entendo que, quando se sentam líderes sindicais para discutir, eles se sentem à mesa para apoiar um governo. Não percebo nisso uma manifestação de apoio, nem a mim, como Presidente, nem ao Governo: percebo nisso aqui uma outra manifestação, de responsabilidade para com o trabalhador, para com o País, para com aqueles que são os que pagam a Previdência Social – os empresários, a classe média, os trabalhadores –, e nós temos que discutir, com muita franqueza, como se distribuem esses recursos. É disso que se trata.

Qualquer outra implicação é menor, é mesquinha, e não merece sequer a nossa preocupação, porque passa. E, se for uma preocupação de ciúmes, então? Mas ciúmes do quê? De melhor servir ao Brasil, que é o que estamos fazendo? Certamente, os líderes partidários que aqui estão, e outros que não puderam vir, têm o mesmo pensamento, estão aqui irmanados, sabendo da enorme dificuldade, do desafio que é tocar na questão da reforma da Previdência. Um desafio imenso, que, em outros países,

resultou em bloqueio. Com benefício para quem? Para ninguém, porque se agravam os problemas e, amanhã, quando vierem a ser enfrentados, já o serão em forma muito mais difícil, com muito menos recursos para atender aos reclamos justos.

A hora é agora. Disse também aqui o Pegado, com razão: “Daqui a 5 anos, vamos rever.” Quem pode ter a ilusão, no mundo de hoje, de que resolveu para sempre um problema, ou resolveu tudo de uma vez? Não é isso. E como é que o Governo poderia ter a pretensão de dizer: “Ou é isso, ou então não aceito.” Não foi a posição dos Ministros, não é a minha, desde o início.

Eu, de fato, me reuni com cada bancada do Congresso, no início do meu mandato. Com cada bancada. E os Ministros presentes. Tudo que está sendo discutido agora foi dito naquele momento. O diagnóstico foi feito. A proposta foi apresentada pelo Ministro Stephanes. E me reuni com os trabalhadores também, fui a um almoço em que infelizmente o Vicentinho não pôde ficar, mas, na saída, conversamos sobre o assunto. Discutimos com os líderes sindicais. Recebi as lideranças sindicais todas e todas as vezes que quiseram. Empresários também, porque a função do Presidente não é discriminar, é ouvir, é encaminhar. Claro que o Governo tem uma posição, ele apresenta a sua posição.

Mas um governo que tem a pretensão de dizer “Ou é isso, ou não aceito” não é democrático. Pior ainda: mesmo que ele consiga impor, que preço vai pagar por essa imposição? E, depois, como a sustenta? Não sustenta. O que vale, o que foi importante nesse processo já foi ressaltado: é que chegamos a um processo em que há pontos fixos, e, aí, não vai haver recuo nenhum. Nenhum recuo. Daqui é para melhor, não é para pior.

E o relator é o fiador, perante o Congresso, daquilo que foi acordado. E, na palavra dele, que lá está escrita, este é o acordo. E é necessário que existam outras definições, definição de clarezas, com relação a certos pontos; proposições muito transparentes. Sabe-se que alguns preferiam mais, outros menos. Faz-se o que se pode, num dado momento, numa dada conjuntura. Há alternativa? Sempre que há alternativa se pode

avançar. Quando não há alternativa, é, como disse o Medeiros, defender o privilégio. Isso, não.

A situação atual é inaceitável. Os dados são esses que já foram ditos aqui e outros mais, que me abstenho de colocar sobre a mesa, porque não é hora para agravarmos dificuldades, senão de buscarmos maiores convergências. Mas a situação atual é inaceitável, não só pelos privilégios, como porque não haveria condições, no futuro, de honrar os compromissos assumidos e os contratos feitos – e os direitos que, aí, deixam de ser adquiridos, porque são quebrados, não por uma decisão de Governo, mas pela impossibilidade de atender aos compromissos; ou, então, provocando, de novo, a volta do tormento da inflação, que eu duvido que algum trabalhador brasileiro queira de volta, mesmo que o frango não custe tão barato quanto citou o Deputado Euler Ribeiro. Há intenção de que venha a custar menos ainda.

De qualquer forma, o que não queremos é fazer com que haja o risco de uma pseudovitória se transformar numa derrota prática, por uma inflação galopante. Esse preço o Governo não aceita, nem eu. Duvido que qualquer trabalhador aceite, porque, no bolso dele, na carne e no estômago da sua família, ele sabe o que significa hoje a inflação, sabe que, quando acaba a inflação, quem é beneficiado é o povo.

Esses são os limites dos nossos entendimentos. Fora disso, que nos critiquem aqui e ali, já estamos habituados. Acho que é preciso ter boa-fé – e os que aqui estão têm boa-fé. Quero dar um testemunho insuspeito. Conheço pouco o Vicentinho. Uma vez, eu estava em minha casa – era candidato a Prefeito – e vi o Vicentinho na televisão me criticando e dizendo que eu nunca tinha posto os pés em São Bernardo numa greve. Mais tarde, anos depois, em Curitiba, ele se encontrou comigo e – eu não era Presidente ainda – veio dizer que ele estava enganado, que eu tinha estado em São Bernardo. Não precisava ter dito. Veio dizer, porque sentiu lá dentro, alguém informou a ele mal num momento e bem no outro, ele corrigiu. É homem de boa-fé, como agora está demonstrando.

Isso vale. Isso, para mim, vale muito. Podemos errar, nós todos erramos o tempo todo. O problema é se estamos errando sabendo que

vamos fazer o mal porque queremos fazer o mal, ou foi porque não tivemos alternativa, não tivemos conhecimento ou condições. Havendo boa-fé, avança-se. Este é um acordo de homens de boa-fé. Não basta boa-fé: são homens que têm luta, que têm os seus sindicatos por trás, que sabem que não adianta um discurso, é preciso ter um resultado. Discurso é fácil, o resultado é muito mais difícil. E o avanço concreto, o que palmilha o caminho, é aquele que permite depois às pessoas sentirem que houve melhoria efetiva da sua condição de vida. Então, não pedem o céu como limite, porque sabem que é um limite impossível. Pedem coisas concretas, negociam, no bom sentido, diante do País.

Não quero transformar este encontro nosso aqui, hoje, em alguma coisa que tenha solenidade, porque o momento, em si, já tem tanta força, que não precisa senão dessa espontaneidade, que é traço nosso, brasileiro. Gosto também de relações que não sejam todo o tempo tensas, por um cerimonial pesado, porque o que nos une, aqui, não são formalidades: é a vontade, que eu sei que é firme, sincera, forte, em cada um de nós, de servir melhor ao País, de acordo com os nossos valores, com aquilo em que acreditamos. Podemos divergir nos valores e no que acreditamos, mas estamos com intenção de servir a este país. Isso é um exemplo que, acho, vai frutificar.

Também quero, numa última palavra, agradecer aos Líderes, agradecer ao Congresso Nacional. Muitas vezes, subestima-se o imenso esforço feito pelo Congresso Nacional, pelas Lideranças, por aqueles que lá estão, para chegar-se a um entendimento entre 600 pessoas. É muito difícil, cada um tendo sua parcela de representatividade e querendo ter a sua opinião, porque tem direito a tê-la. É um processo demorado, a democracia às vezes é lenta, mas é o melhor regime que já se inventou, porque os outros vão depressa e não dão certo. A democracia, às vezes, vai devagar. A negociação social é complicada, mas, quando se consegue, ela é sólida, ela está enraizada. E isto que estamos fazendo aqui está enraizado.

Quero também agradecer ao Vice-Presidente da República, que, na minha ausência, conduziu esse processo com muita competência e com muita abertura, na conversa com as forças sociais e sindicais.

E, para terminar, mesmo, quero dizer que não só nessa matéria, mas em todas as que sejam do interesse das centrais sindicais este deve ser o caminho. Encontrarão sempre no Governo a disposição aberta, não de aceitar qualquer proposta, mas de negociar, de discutir, independentemente das nossas posições partidárias, das nossas visões mais gerais do mundo, desde que o pressuposto dessa negociação seja esse que foi manifestado: boa-fé e coragem. Sem coragem, não se muda o Brasil.

Agradeço a vocês, muito especialmente aos representantes dos trabalhadores e aos que aqui estão, líderes sindicais, muitos dos quais participaram ativamente desse processo, porque tiveram essas duas características: coragem e boa fé. E serviram ao Brasil.

Tenho confiança no Congresso.

Muito obrigado.